

Dinheiro.

**Focus
eleva
inflação**

Economistas consultados na pesquisa semanal do Banco Central subiram projeção de inflação (IPCA) para 2013, de 5,70% para 5,71%.

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro

gazetadinheiro

OBSTÁCULOS NO AEROPORTO

ROTA DOS AVIÕES MAIS UM PEDIDO DE DEMOLIÇÃO



Prédio na Adalberto Simão Nader tem andar além do permitido

VITOR JUBINI



Pousos e decolagens no Aeroporto de Vitória têm sua segurança ameaçada por construções com altura acima da autorizada: impasse foi parar na Justiça

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

Tramita na Vara dos Feitos da Fazenda Pública de Vitória mais um pedido da prefeitura da Capital para demolir parte de um edifício que se encontra dentro do cone de aproximação do Aeroporto Eurico Salles. O prédio fica na avenida Adalberto Simão Nader, na reta da pista de pouso e decolagem do terminal, e está 2,30 metros acima do permitido pelo Plano Diretor Municipal para a região. O PDM segue as determinações do Comando da Aeronáutica.

“O limite para aquele local é de 8,40 metros, o

prédio tem 10,70m. Não há como regularizar, tem que demolir o andar que está além do que é permitido”, explica o procurador-geral de Vitória, Frederico de Paiva Brito.

Os advogados do município entraram com o pedido de ação demolitória em setembro de 2007, mas, mesmo diante do risco imposto aos milhões de usuários do Aeroporto de Vitória (foram 3,6 milhões no ano passado), a Justiça ainda não decidiu o que fazer com o andar do edifício que está na rota das aeronaves.

Na semana passada, também a pedido da Prefeitura de Vitória, a Justiça Fe-

deral mandou demolir dois andares de um outro prédio localizado no Bairro República. Em 95 dias, mesmo ainda cabendo recurso, o excedente deve estar no chão. Na avaliação do juiz Roberto Gil Leal Faria, da 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Espírito Santo, por tratar-se de uma edificação irregular que coloca em risco a vida dos usuários do Aeroporto de Vitória, a demolição deve começar o mais rapidamente possível, antes mesmo do trânsito em julgado.

“Tal prejuízo patrimonial, se ocorrer, pode ser facilmente recomposto por perdas e danos. Uma

vida, não”, assinala o magistrado em sua decisão.

Por conta desse prédio que será demolido, a Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) recomendou que a cabeceira da pista seja recuada em 433m (de 1.750m para 1.317m), até que a altura do edifício retorne ao patamar regular.

No caso da decisão divulgada na sexta-feira, o julgamento foi na esfera federal porque foi a Infraero que solicitou a demolição à prefeitura. A procuradoria do município quer que a ação de 2007 tome o mesmo rumo. “A Infraero é parte diretamente interessada,

vou solicitar a federalização do processo”, argumentou Paiva Brito.

OUTRO LADO

Proprietário do edifício, o engenheiro Manoel Moreira Lopes diz não ser contra a demolição, mas quer ser indenizado. “Quando a prefeitura me deu o alvará, em 1989, não havia nenhum plano que dizia qual era a altura máxima da região. Eu estava regular. A lei diz que quem estiver acima da altura permitida, mas construiu antes do plano, deve ser indenizado. É isso que eu quero”.

Lopes ainda diz que há vários obstáculos mais al-

tos que seu prédio na região. “Os postes da Escelsa são mais altos que meu edifício, muitos vizinhos meus também têm construções mais altas e, o que é pior, fizeram as obras depois do plano que limitava a altura na região”.

O procurador-geral de Vitória, ao tomar conhecimento da informação, disse que irá solicitar à Secretaria de Desenvolvimento da Cidade um levantamento no local para que a Procuradoria Geral do Município tome as medidas necessárias



CONTINUA pág. 31